

Belmira Inácio Massingue Nuvunga

**Análise do processo de selecção dos beneficiários do Fundo do Desenvolvimento
Distrital em Bilene-Macia**

Monografia apresentada ao Instituto Superior de Gestão de
Negócios (ISGN), como requisito para a obtenção do grau de
Licenciatura em Administração Pública

Supervisor: dr. Daniel Ananias Mazivila

Macuácuá, Outubro de 2017

Declaração

Declaro que a presente monografia resulta da minha investigação pessoal, que todas as fontes estão devidamente referenciadas, e que nunca foi apresentada para obtenção de qualquer grau nesta Universidade ou em qualquer outra instituição.

Assinatura

(Belmira Inácio Massingue Nuvunga)

Data: ____/____/____

Belmira Inácio Massingue Nuvunga

**Análise do processo de selecção dos beneficiários do Fundo do Desenvolvimento
Distrital em Bilene-Macia**

Monografia avaliada como requisito para a obtenção
do grau de Licenciatura em Administração Pública
pelo Instituto Superior de Gestão de Negócios.

Macuácuca, ____/____/____

O presidente

O supervisor

O oponente

Agradecimentos

Antes de mais, agradecer à DEUS por me ter dado forças para que eu pudesse caminhar até onde caminhei, pois, acredito que nada seria possível sem a força do Senhor. Socorrendo-me ao Evangelho de *SÃO LUCAS* no capítulo 1, *versículo 37* que diz que “*para DEUS nada é impossível*”, devo portanto, dizer obrigado ao Senhor. Quero ainda de forma efusiva, agradecer ao meu supervisor o dr. Daniel Ananias Mazivila, que de modo incondicional e altruísta aceitou supervisionar esta monografia, pela sua imensurável colaboração na análise e discussão dos diversos aspectos, bem como nas suas observações, críticas e orientações gerais de investigação, a ele, o meu muito obrigado. Quero também agradecer a todo corpo docente do Curso de Administração Pública pelos subsídios dados até esta fase.

Especiais agradecimentos vão para ao meu esposo, pelo carinho, amor e dedicação a família, pelo apoio moral e material nos momentos difíceis da minha formação. A todos os colegas da turma de 2012 em Administração Pública período laboral, pelo companheirismo durante o tempo todo, o meu muito obrigado pela força no grupo de estudos. Especiais agradecimentos vão também a toda minha família que compreendeu a minha ausência nos convívios familiares, a toda ela o meu muito obrigado. Agradeço ainda a todos funcionários e residentes do distrito pelo apoio prestado a quando da recolha de dados.

E por último, o meu agradecimento vai também para todos aqueles que de forma directa ou indirecta contribuíram para que o presente trabalhosse efectivasse.

Dedicatória

Dedico a este trabalho aos meus pais, Inacio Francisco Massingue e Ermelinda Amaral Mbaze Massingue, por serem a razão da minha existência. Ao meu esposo e filho António Herinques Nuvunga e Willen Antonio Nuvunga, por serem a iluminação da decisão de continuar com estudos, pela força e paciência nos momentos cruciais da minha formação. Agradeço igualmente a minha sogra e cunhados, pela simplicidade. Aos meus irmãos, pela falta de carinho nos momentos que tanto precisavam. E por último dedico a toda minha família, tios (as) primos (as) sobrinhos (as) padrinhos, colegas, avos pelo apoio incondicional.

Lista de abreviatura

AP- Administracao Publica

CCD- Conselho Consultivo do Distrital

CCL-Conselho Consultivo Local

DENDR-Direcao Nacional de Desnvolvimento Rural

DNEAP-Direcao Nacional de Estradas e Analise de Politicas

EDM-Eletrecidadede de Mocambique

NE1- Estrada Nacional N°1

FDD- Fundo de Desenvolvimento Distrital

INE – Instituto Nacional de Estatística

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FL – Fórum Local

IPCC – Instituição de Participação e Consultas Comunitárias

LOLE – Lei dos Órgãos Locais

MAE – Ministério da Administração Estatal

MF – Ministério das Finanças

MPD – Ministério de Planificação e Desenvolvimento

OIIL – Orçamento de Investimento de Iniciativa Local

OLE – Órgãos Locais do Estado

OMM – Organização da Mulher Moçambicana

ONG's – Organizações Não Governamentais

PDD – Plano Económico e Social

PES – Plano de Desenvolvimento Distrital

PL– Poder Local

PRE – Programa de Reestruturação Económica

RELOLE – Regulamento dos Órgãos Locais do Estado

Resumo

Moçambique iniciou, desde os finais dos anos 80, um processo gradual de descentralização da administração pública, visando agilizar os processos de planificação e gestão do desenvolvimento local vigentes no país, de modo a acompanhar a articulação entre a administração do Estado e as comunidades locais. Assim, a transferência de atribuições e competências específicas aos órgãos locais, procurando legitimá-los e concedendo-lhes instrumentos para a execução dos serviços, constitui uma base importante para o processo de descentralização e/ou desconcentração em curso no País. Com efeito, o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) surge neste contexto de aprofundamento do quadro de descentralização de instrumentos de planificação e orçamentação vigentes no País, tomando por base a Lei 8/2003, de 19 de Maio, Lei dos Órgãos Locais do Estado. O presente trabalho faz uma análise do processo do Processo de Selecção dos Beneficiários do Fundo de Desenvolvimento Distrital, tomando como estudo de caso o distrito de Bilene Macia. A operacionalização do mesmo, tomou-se como referencial teórico a perspectiva funcionalista, a qual melhor permite compreender o processos decorrentes da descentralização e/ou desconcentração. Para devido efeito, o estudo consistiu essencialmente na pesquisa documental e bibliográfica, aliado a colecta de dados de campo através de entrevistas semi-estruturadas e questionários dirigidos aos beneficiários do FDD constantes da base de dados do Governo Distrital.

Através da discussão dos dados colhidos no terreno, pôde-se concluir que naquele distrito, a forma como é tramitado o processo de selecção dos beneficiários do FDD transmite confiança, contudo, o processo afigura-se um pouco conturbado.

Palavras-Chave: Processos de selecção do FDD, transparência e confiança.

Conteúdos.....	Páginas
1. Introdução	10
1.1. Problematização	11
1.2. Hipóteses	11
1.3. Justificativa	12
1.3.1. Contexto Social	12
1.3.2. Contexto económico.....	12
1.3.3 Contexto académico	12
1.4. Objectivos	13
1.4.1. Objectivo geral	13
1.4.2. Objectivos Específicos	13
2. Revisão da literatura e fundamentação teórica	14
2.1. Enquadramento teórico-conceptual.....	14
2.1.1. Descentralização ou desconcentração	14
2.1.2. Desenvolvimento local	15
2.1.3. Avaliação dos projectos de investimentos e FDD	16
2.1.3.1. Transparência em processos de selecção	19
2.1.3.2. Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD)	20
3. Metodologia.....	23

3.1. Método de Investigação	23
4. Apresentação e discussão dos resultados.....	25
4.1. Tabela resumo dos indicadores e suas designações	25
4.2. Análise Factorial Confirmatória.....	26
4.2.1. O Modelo (Análise Factorial Confirmatória)	26
4.2.2. Tabela de dados padronizados (regressões)	27
4.3. Discussão dos resultados.....	29
5. Conclusões e recomendações.....	31
5.1. Conclusões	31
5.2. Recomendações.....	32
6. Referências bibliográficas.....	33
7. Apêndices.....	35

1. Introdução

O desenvolvimento socio-económico de qualquer país é impulsionado por actividades de natureza económica, contudo, no contexto moçambicano são poucas as pessoas que dispõem de recursos necessários para a efectivação destas actividades. Ciente desta realidade, o Governo moçambicano criou mecanismos que facilitam a efectivação de actividades económicas, tendo introduzido a política do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD). A política do FDD consiste na concessão de financiamentos aos cidadãos moçambicanos que queiram abraçar o exercício económico, bastando para tal a apresentação de planos de negócios económico-financeiramente viáveis.

Porque são várias as pessoas com ideias que possam desenvolver este país, mas que os recursos do FDD são limitados, a concessão de financiamentos passa por um processo de selecção dos melhores projectos, contudo, percebe-se existir alguma subjectividade na qualidade dos projectos, ou seja, um projecto que se diga melhor para uma pessoa pode não ser para uma outra, e, associado a isto, são vários os procedimentos que se seguem para o financiamento.

É em consideração a todos os aspectos relativos à subjectividade na avaliação dos projectos que o presente trabalho procura analisar o processo de selecção dos beneficiários do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) em Bilene-Macia. Em concreto, o trabalho procura perceber a transparência e confiança associadas aos processos de selecção dos beneficiários do FDD em Bilene-Macia.

Essencialmente, o trabalho está constituído por seis (6) capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução. O segundo capítulo é composto pela metodologia. Aqui são apresentadas todas as técnicas e procedimentos usados para a efectivação do estudo. O terceiro capítulo é referente à fundamentação teórica, onde são apresentadas as teorias relativas ao tema em estudo na concepção de diversos autores. Escolhe-se ainda neste capítulo a linha orientadora do presente trabalho. O quarto capítulo cinge-se na apresentação, análise e interpretação dos resultados. Aqui discutem-se ainda os resultados. O quinto reserva-se às conclusões gerais e respectivas recomendações. Por fim, o sexto

concentra-se na apresentação das referências bibliográficas das obras usadas para a efectivação do presente de trabalho e os apêndices.

1.1. Problematização

A filosofia da abordagem do distrito como pólo de desenvolvimento consiste na geração de rendimentos que possam conduzir as populações locais não só a mudar as suas condições de vida, mas também na planificação e nos diferentes processos de desenvolvimento distrital (Benzane, 2011), e, porque as populações nos distritos não dispõem de recursos financeiros necessários para começarem com actividades que gerem rendimentos, recorrem ao financiamento do FDD através da apresentação de projectos económico-financeiramente viáveis. Ora, são muitas as pessoas interessadas e, por via disso candidatam-se ao financiamento, mas, uma vez serem muitos os remetentes, nem todos são financiados, sendo que todos os projectos passam por um processo de avaliação que culmina com a selecção dos beneficiários do fundo.

Contudo, a avaliação é subjectiva, ou seja, um projecto pode ser de extrema qualidade para uns e não ser da mesma qualidade para outros, e, associado a esta subjectividade, são vários os procedimentos seguidos no processo de selecção dos melhores projectos que podem não garantir transparência e confiança durante o processo solicitando-se, assim, uma resposta à seguinte questão: Até que ponto os procedimentos seguidos no processo da selecção dos beneficiários do FDD garantem transparência que possa transmitir confiança em Bilene-Macia?

1.2. Hipóteses

- ❖ **H₁**: O processo de selecção dos beneficiários do FDD em Bilene-Macia é transparente e transmite confiança nos beneficiários impulsionando, assim, mais adesão para o desenvolvimento sócio-económico dos cidadãos;
- ❖ **H₀**: A complexidade do processo de selecção dos beneficiários do FDD em Bilene-Macia compromete a sua transparência e gera desconfiança por parte dos beneficiários desestimulando, desta forma, mais adesão.

1.3. Justificativa

1.3.1. Contexto Social

A análise do tema em estudo neste trabalho resultou do facto de perceber-se haver alguma subjectividade na avaliação dos projectos de negócios para a concessão dos financiamentos, o que gera dúvidas sobre a transparência do processo de selecção dos beneficiários podendo, assim, gerar algum desconforto por parte de quem se beneficia do fundo e desestimular a requisição do mesmo para fins de criação de projectos que gerem emprego para a sociedade. Em concreto, este trabalho é relevante porque irá ajudar ao Governo Distrital a ter um conhecimento sobre o sentimento que a sociedade tem pelos procedimentos usados no processo de selecção dos beneficiários do FDD em Bilene-Macia.

1.3.2. Contexto económico

No âmbito económico, o presente trabalho resultou do facto de admitir-se que o desenvolvimento socio-económico de qualquer país é impulsionado por actividades de natureza económica, e que a complexidade dos procedimentos usados na selecção dos beneficiários do FDD e a sua falta de clareza desestimulam a adesão ao fundo. Este trabalho ganha relevância quando se percebe que a simplicidade e a clareza dos procedimentos para a selecção dos beneficiários do FDD pode gerar confiança e estímulo nas pessoas que queiram aderir ao fundo contribuindo, assim, para o desenvolvimento actividades económicas que catapultem a economia do Distrito de Bilene-Macia.

1.3.3 Contexto académico

Estes aspectos contribuem para a pertinência do estudo tanto em termos teórico quanto prático, pois parte-se de uma discussão assentada em pressupostos teórico-científicos incluindo, o quadro legislativo relacionado com a desconcentração do Estado, para uma posterior articulação com aspectos de âmbito prático colhidos através de observação e análise científica. O mesmo poderá servir de base orientadora nas áreas das ciências

administrativas, aquando da elaboração de tantos outros trabalhos científicos que versem sobre a concessão de financiamentos no Fundo do Desenvolvimento do Distrito (FDD).

1.4. Objectivos

1.4.1. Objectivo geral: Analisar os processos de selecção dos beneficiários do FDD em Bilene-Macia.

1.4.2. Objectivos Específicos

- ❖ Identificar a forma como são conduzidos os processos selectivos para os beneficiários do FDD em Bilene-Macia;
- ❖ Descrever o ciclo desenvolvido no processo de selecção dos beneficiários do FDD em Bilene-Macia;
- ❖ Discutir o ciclo desenvolvido no processo de selecção dos beneficiários do FDD em Bilene-Macia; e
- ❖ Aferir a relação existente entre o processo de selecção desencadeado no Distrito de Bilene-Macia, transparência e a confiança.

2. Revisão da literatura e fundamentação teórica

2.1. Enquadramento teórico-conceitual

Neste capítulo apresenta-se a linha teórica de orientação do estudo, a conceituação de termos essenciais e a revisão da literatura relacionada com alguns aspectos sobre o processo de desconcentração e/ou descentralização.

De acordo com os objectivos deste estudo, torna-se indispensável a abordagem de conceitos como a descentralização, desenvolvimento local, avaliação dos projectos, transparência de processos e, por fim, a confiança.

2.1.1. Descentralização ou desconcentração

As reformas do Estado desencadeadas em Moçambique a partir dos anos 80 ditando uma redefinição das relações de poder no seio do sistema político, cristalizaram-se em reformas de *descentralização* (Forquilha, 2008) definida, por um lado, como sendo a atribuição de certos interesses locais às pessoas colectivas territoriais cujos órgãos são dotados de autonomia, podendo actuar livremente no desempenho dos poderes legais apenas sujeitos à fiscalização da legalidade dos seus actos pelos tribunais (Cistac, 2001) e, por outro lado, como sendo a organização das actividades da administração central fora do aparelho do Governo central, através de duas medidas: (i) administrativas e fiscais que permitem a transferência de responsabilidades e recursos para agentes criados pelos órgãos da administração central; e (ii) políticas que permitem a atribuição, pelo governo central, de poderes, responsabilidades e recursos específicos para autoridades locais (Faria & Chichava, 1999). Estes defendem que a descentralização administrativa ou desconcentração é o processo da transferência ou partilha de responsabilidades e que, para Faria & Chichava (ibidem) quando a descentralização não implica a definitiva transferência de autoridade, poder de decisão, recursos e património, para os órgãos subordinados da administração central, pode comprometer o desenvolvimento económico e local.

2.1.2. Desenvolvimento local

Dada a sua natureza, o termo desenvolvimento local está atrelado ao desenvolvimento económico. Na sua abordagem, Sandroni (1994) defende que o desenvolvimento económico depende das características típicas de cada país ou região, ou seja, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem. Ele define-o como sendo o crescimento económico acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Por seu turno, Diniz (2006) entende que o desenvolvimento é um processo complexo que engloba aspectos económicos, sociológicos, psicológicos e políticos da vida em sociedade.

Sinteticamente, com as aceções acima referidas percebe-se existir alguma diferença entre crescimento económico e desenvolvimento económico, ou seja, não se pode confundir o crescimento económico com o desenvolvimento económico, pelo que, o primeiro constitui um caminho para o segundo. Ele pode ser tido como a média da situação económica do total de cidadãos de uma determinada sociedade admitindo, assim, grandes discrepâncias entre os povos. Já o segundo exige a transformação profunda das estruturas económicas e sociais devendo, assim, ser entendido como um progresso económico da sociedade como um todo. Ademais, o desenvolvimento deve ser compreendido como processo de transformação da composição e da estrutura social económica, política e ambiental das áreas rurais, o que implica actuar sobre os diversos estrangulamentos da economia e das instituições da sociedade.

Do conceito desenvolvimento económico parte-se para o desenvolvimento local, o qual é entendido por Ávila (2007) como sendo o processo que considera, respeita e aproveita as peculiaridades, a realidade e as potencialidades de cada comunidade e/ou localidade, entendendo-se ainda assim que, em relação a esses aspectos uma comunidade e/ou localidade não é igual a outra. Para Buarque (1999) desenvolvimento local é um processo endógeno verificado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida da população. O

desenvolvimento local representa uma singular transformação nas bases económicas e na organização social ao nível local, resultante da mobilização das energias das sociedades, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

Em consideração aos pressupostos do desenvolvimento local, Buarque (ibidem) mostra que para ser um processo consistente e sustentável o desenvolvimento local deve privilegiar a elevação das oportunidades sociais, a viabilidade e a competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza ao mesmo tempo que se assegura a conservação dos recursos naturais. Nesta óptica, é relevante estimular o processo de planificação participativa, a qual é descrita em MPD (2007) como sendo o processo que consiste num envolvimento das comunidades através de uma melhor articulação entre estas e o governo local nas iniciativas do desenvolvimento local para corresponder as necessidades e prioridades da população tendo em vista a solução dos seus problemas.

A planificação participativa aproxima as opções de governação aos anseios mais relevantes da população, bem como concretiza a apropriação e a fiscalização ou prestação de contas por parte dos órgãos governativos. Aliás, é uma das formas mais directa na solução de inúmeros problemas enfrentados na actualidade pelos Estados como Moçambique, na medida em que aumenta o espaço de decisão local, potência em princípio um maior envolvimento dos cidadãos e das forças vivas que residem em cada comunidade, na gestão e resolução dos problemas de natureza local (Faria & Chichava, ibidem). Em Moçambique, a partir do ano de 2006, o processo de implementação do desenvolvimento local, a nível distrital é por base uma nova ferramenta de planificação.

2.1.3. Avaliação dos projectos de investimentos e FDD

Antes de avançar-se para a avaliação de projectos propriamente dita importa, primeiro, definir e classificar o investimento, o qual é, na óptica de Bodie et al (1998), o comprometimento de recursos com expectativas de retorno no futuro. O comprometer recursos passa necessariamente pelo sacrifício da hipótese de poder despender os seus recursos hoje, em ambiente certo, optando por investi-los numa alternativa que devolverá resultados futuros, em ambiente de risco e incerteza.

Bodie et al (ibidem) defendem que os activos sujeitos à opção de investimento podem ser activos reais ou activos financeiros. Os activos reais são os que detêm a capacidade de produzir bens e serviços de forma a gerar riqueza. Nesta categoria temos, por um lado, os bens de equipamento, edifícios, terrenos e activos circulantes, e por outro, os activos intangíveis, como as patentes, transferência de tecnologia, investigação e desenvolvimento, que apesar de não deterem representação física imediata, desenvolvem um papel importante na actividade das empresas no sentido da eficiência e aumento da competitividade e da diferenciação. Os activos financeiros são aqueles através dos quais os investidores reivindicam a sua quota-parte nos resultados obtidos pela produtividade dos activos reais. Constituem esses activos as acções e obrigações.

Murad (1962) defende que o investimento deve ser entendido em dois contextos, sendo eles financeiro e económico. Em finanças o investimento significa estritamente o termo valores mobiliários, e, em economia significa despende dinheiro/recursos com o objectivo de adicionar mais capital.

Considerando as concepções dos autores sobre o investimento, pode referir-se que o investimento pressupõe injeção de valores que gerem fluxos financeiros durante um determinado período de tempo a incluindo um valor residual correspondente à valoração dos activos utilizados no projecto, no final da vida útil do mesmo

Na óptica económica, é expectável que os resultados obtidos através do investimento no futuro se revelem superiores aos recursos aplicados no momento presente. No entanto, dado o ambiente de incerteza, o cenário futuro hipotético mais positivo pode não se verificar. Não obstante o risco associado às decisões de investimento, estas detêm o mérito de factor crítico para o sucesso empresarial, daí a importância do contributo da análise e avaliação de investimentos (no âmbito do presente estudo, com foco nos activos reais) nas e para as empresas.

Quanto à tipologia, os investimentos podem ser classificados quanto ao objectivo, quanto à dependência, quanto à distribuição temporal e quanto à relação com a produção (Soares et al 2007). Quanto ao objectivo os projectos podem ser de reposição ou substituição quando

visa manter a sua capacidade produtiva actual, substituindo equipamentos usados por equipamentos novos com características técnicas similares. Os investimentos podem ser de expansão quando tem em vista o aumento da capacidade produtiva da empresa, de forma a corresponder ao aumento da procura. Podem ser de modernização quando o objectivo é substituição de equipamentos usados por novos equipamentos com características técnicas melhoradas e inovadoras. Nesta forma de classificação podem encontrar-se, também, os investimentos estratégicos. Estes enquadram-se no plano estratégico da empresa a longo prazo, com o objectivo de assegurar o futuro da mesma. Quanto à dependência, os investimentos podem ser complementares ou mutuamente exclusivos. São complementares aqueles cuja necessidade de um não é satisfeita sem a satisfação da necessidade do outro, e, são mutuamente exclusivos se a existência de um compromete a existência do outro. E quanto à relação com a produção os investimentos são classificados como directamente produtivos e não directamente produtivos. Entenda-se como directamente produtivo não simplesmente a produção de um bem tangível, mas também, a prestação de serviços. Os não directamente produtivos são aqueles cujas actividades asseguram a vida colectiva e o bem-estar populacional.

Depois de definido e classificado o investimento, entra-se em projecto propriamente dito, o qual entende-se como sendo um conjunto de informação sistematizada com o objectivo de fundamentar uma decisão de investimento. Pretende estimar o valor (o mais exacto possível) a ser criado pelo investimento, aumentando a eficiência da utilização dos recursos. Um projecto envolve um conjunto de decisões e objectivos, entre os quais, a escolha dos recursos a alocar, a determinação das receitas e despesas, a escolha das fontes de financiamento e o estudo do enquadramento legal e financeiro (Barros, 2007). A sua avaliação tem um carácter multidisciplinar na medida em que pode ser realizada partindo de diferentes perspectivas em função dos objectivos do analista, que frequentemente se complementam.

Este trabalho cinge-se na lógica da avaliação económico-financeira, que parte do pressuposto da maximização do lucro e valor da empresa. Esta avaliação acontece antes do financiamento e depois do financiamento. Entenda-se financiamento como sendo o

desembolso de dinheiro para aplicar-se no investimento de um terceiro. Antes do financiamento avalia-se a rentabilidade do investimento pressupondo que este é financiado por capitais próprios ou alheios, e, depois do financiamento avalia-se a rentabilidade do investimento considerando os custos de financiamento decorrentes do recurso a capitais alheios e outras consequências que advém da opção por capital alheio, que podem incluir a poupança fiscal. Cinge-se ainda na vertente social visto que são também analisados os impactos que os projectos poderão vir a ter na sociedade. Para além daquelas sociedades tradicionais de financiamento, em Moçambique existe uma designada fiduciária ou de administração¹. O Estado moçambicano disponibiliza um fundo denominado Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), o qual é disponibilizado aos distritos para apoiar iniciativas locais de desenvolvimento.

2.1.3.1. Transparência em processos de selecção

A concessão de créditos a partir do FDD, assim como em outras formas de financiamento, basea-se na avaliação económico-financeira dos projectos de investimentos, não só, mas também na avaliação social dos projectos. Esta avaliação é feita pelo Conselho Consultivo Distrital (CCD). Entenda-se este como sendo uma instituição de participação e consulta comunitária de mais alto nível, que serve de espaço de diálogo e deliberação sobre as prioridades locais de desenvolvimento, entre o povo e as autoridades do governo local. Neste sentido, os CCD's são órgãos instituídos em cada distrito no âmbito da planificação participativa com vista a inclusão das diversas vontades das comunidades locais, para a prossecução dos objectivos de desenvolvimento local (Decreto 11/2005, de 10 de Junho).

Hage (2010) considera que a transparência não pode ser vista como um fim em si mesmo. Ela é um instrumento acessório à disposição da população para que ela participe das políticas de gestão pública. Gruman (2012) destaca que transparência é o acesso público da informação. O autor advoga que a transparência joga um papel fundamental na garantia de um Estado responsável na medida em que os ganhos advindos das políticas de transparência governamental não se encerram em si mesmos, mas nos resultados trazidos por este tipo de

¹ Vide a revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, de Oscar Barreto Filho(1966)

política para a administração. Ribeiro (2009) alerta que a transparência não deve ser confundida como princípio de publicidade. Ele define-a a partir do conceito mais abrangente. Para ele, um Governo transparente é aquele que despõe das informações e para actualizar, não só, mas também cria facilidades para que o cidadão tenha acesso. Culau & Fortis (2006) afirmam que a transparência é a produção e divulgação sistemática de informações.

Sinteticamente pode entender-se a transparência como sendo a operacionalização do direito de acesso a informação de maneira que ela seja facilmente compreendida pela população.

Associado ao termo transparência encontra-se a confiança. Giddens (1991) considera-a como sendo um dos fundamentos da sua formulação teórica que visa tentar obter uma nova caracterização, tanto da natureza da modernidade, quanto da ordem pós-moderna que deve emergir do outro lado da era actual. A confiança pode ser classificada de três maneiras, nomeadamente: processual, baseada em características e institucional. A processual se refere ao passado ou coisas realizadas em períodos anterior, é um processo cumulativo e incremental de construção da confiança por meio da acumulação gradual de conhecimento directo ou indirecto sobre o outro, como a reputação, a marca e a garantia de qualidade. A baseada em características surge das relações sociais entre o que confia e aquele em que a confiança é depositada e, finalmente, a institucional é formada pela estrutura social. Ela depende de mecanismos legais que reduzem o risco podendo, deliberadamente, ser produzida se houver mecanismos socialmente legitimados.

Assim, sendo entendida a confiança como sendo a credibilidade existente entre duas ou mais partes e, esta resultar da prestação de contas e transparência em processos, interessa garantir que o servidor satisfaça, no prazo máximo estipulado, os pedidos e/ou necessidades do público.

2.1.3.2. Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD)

Fundo de Desenvolvimento Distrital é uma instituição pública, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira, que funciona em todos os distritos do país,

a ser controlado pelo Conselho Consultivo, mas tutelado pelo Governador provincial, com padrões de decisão sobre o mesmo. FDD é a gestão orçamental que facilita os mecanismos de transparência.

Valá (2009) entende que o orçamento de investimento veio reforçar a concepção de que o “distrito é pólo de desenvolvimento”, e assegurar um instrumento concreto de intervenção que permita a adopção de mecanismos locais para o desenvolvimento do distrito. Assim, o Fundo de Desenvolvimento Distrital é considerado uma medida necessária, que vai ao encontro dos anseios da população, uma vez que permite cada vez maior emponderamento das comunidades locais, envolvendo-as, deste modo, no processo de desenvolvimento local e do País. É a busca do desenvolvimento por funcionalidade.

FDD é o resultado do processo de descentralização de instrumentos de planificação e orçamento com vista ao emponderamento das populações ao nível local e tem a cobertura da Lei 08/2004 e o Decreto 11/2005. FDD é a melhoria de capacidade de resposta aos problemas locais por parte dos beneficiários deste Fundo.

Neste estudo, assume-se como a abordagem de orientação a “*teoria funcionalista*” a qual, de acordo com Moreira (2003) assume que o comportamento político é resultado de uma tensão de exigências e expectativas dirigidas pela sociedade ao agente e espera-se uma resposta ou acção que este deve demonstrar no seu papel de direcção. Tendo em conta este pressuposto, a descentralização administrativa ou desconcentração, em curso no país, que resulta das reformas implementadas visando essencialmente resolver os problemas que emergem aos níveis mais baixos da administração do Estado, principalmente no meio rural onde habita a maior parte da população moçambicana.

A este respeito para Valá (ibidem) o FDD é um factor preponderante de mitigação e de capacidade de resposta numa perspectiva desenvolvimentista, com ênfase para o meio rural. Aliás, este fundo é resultado do aprofundamento de processo de descentralização e desconcentração, associado a concepção do distrito como pólo do desenvolvimento e base da planificação o que permite a dinamização do desenvolvimento local e do país, com a participação directa das comunidades. Portanto, com base na perspectiva funcionalista, a

desconcentração e a própria planificação descentralizada contribuem de forma significativa para o desenvolvimento local ou aumento da capacidade de resposta do Estado às diversas necessidades apresentadas aos níveis mais baixos da sua administração.

Correlação á documentação na metodologia FDD, os princípios artefactos presentes são o plano de projecto, a lista de funcionalidades e o diagrama de sequência, sendo o plano de projecto o principal do documento, aprovado pelo cliente e constando o escopo, a lista de funcionalidades, riscos, métricas de controlo, critérios de aceitação dentre outros. Em seguida a lista de funcionalidades usada para planificar, dirigir, rastrear e reportar o progresso do projecto.

3. Metodologia

O trabalho científico é orientado por princípios que possibilitam o alcance dos objectivos pré-definidos. Aliás, a metodologia é um instrumento fundamental na orientação do trabalho de carácter científico. Assim, neste capítulo apresenta-se o conjunto de procedimentos metodológicos que tornaram possível a elaboração do presente estudo desde a revisão de literatura à recolha de dados sobre o assunto.

3.1. Método de Investigação

O estudo do presente tema basea-se num método híbrido, isto é, o estudo foi, simultaneamente, qualitativo e quantitativo. O mesmo compreendeu três momentos principais, nomeadamente: O primeiro consistiu na pesquisa documental e bibliográfica através de fontes relevantes como livros, legislação específica, documentos oficiais e não editados sobre o processo de desconcentração bem como da própria planificação descentralizada. O segundo momento caracterizou-se pela colecta de dados necessários através de entrevistas semi-estruturadas e através de um questionário. A escolha das entrevistas resultou do facto de estas garantirem maior possibilidade de adaptar as questões aos entrevistados e assegurar um elevado grau de flexibilidade na sua exploração, o que permitiu uma maior racionalização do tempo e aprofundamento das questões em análise. Não obstante, foi feito um inquérito por questionário visto que entende-se, este, ser o melhor método para uma análise quantitativa dos dados pelo que flexibiliza o processo quando o número de inqueridos for maior. As entrevistas foram direccionadas aos oficiais de Administração do Distrito de Bilene, enquanto os questionários foram aplicados aos beneficiários do FDD para aferir-se o sentimento que os mesmos têm pelos processos de selecção. O terceiro momento centrou-se na análise dos dados através do pacote estatístico STATA13, do qual foi explorado o modelo da Análise Factorial Confirmatória (AFC) para aferir a relação de causalidade entre as variáveis de estudo.

Decorrente dos objectivos, o estudo baseou-se no método de amostragem probabilística admitindo-se um nível de confiança de 95%. Como forma de garantir que a variabilidade entre os resultados da amostra e da população seja reduzida, estimou-se, aleatoriamente, um

erro amostral de 6%, onde, de um universo de 56 beneficiários do FDD constantes na base de dados, inquiriu-se à uma amostra de 46 beneficiários. A escolha de colaboradores em que foram aplicados os questionários obedeceu ao critério de amostra aleatória simples baseado na lista correspondente dos beneficiários do Fundo do Desenvolvimento Distrital do Bilene-Macia.

4. Apresentação e discussão dos resultados

Este capítulo reserva-se para apresentação dos resultados obtidos após ter sido feito o inquérito sobre os processos de selecção dos beneficiários do Fundo do Desenvolvimento Distrital em Bilene-Macia.

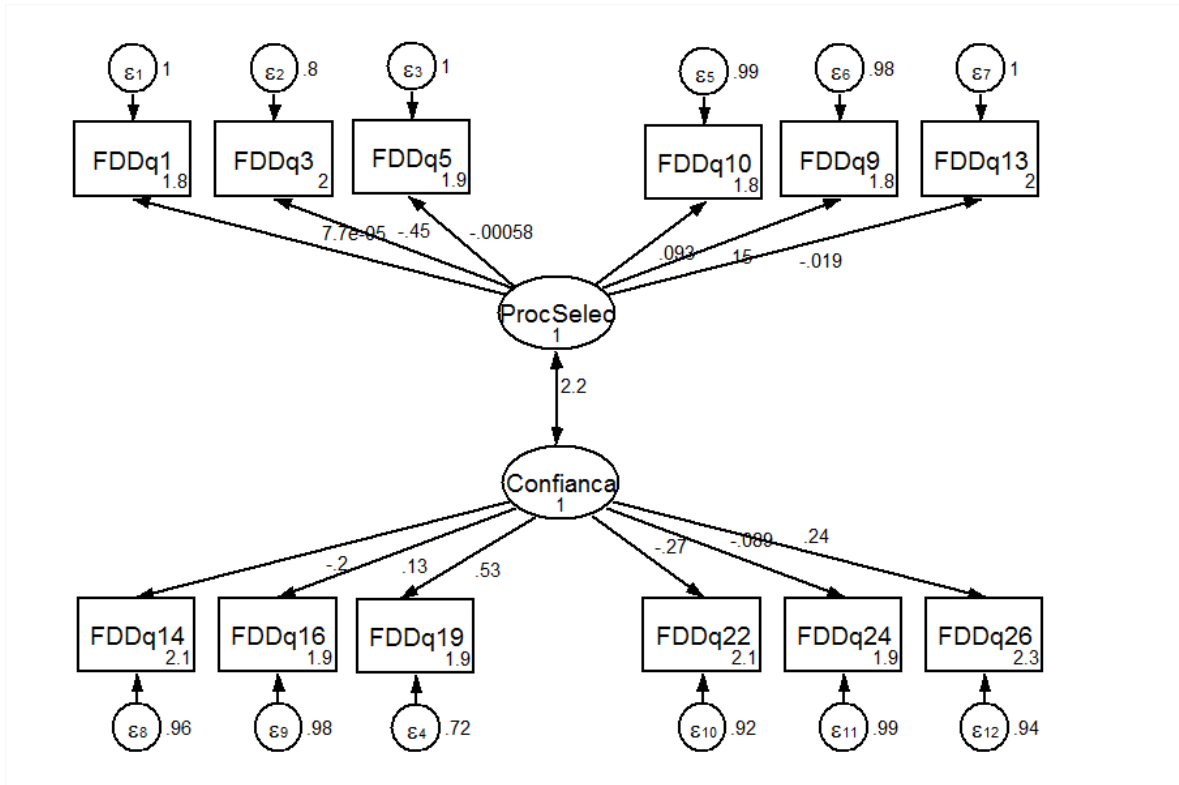
4.1. Tabela resumo dos indicadores e suas designações

Indicador	Designação
FDDq1	O acesso do FDD em Bilene é universal
FDDq3	A avaliação dos projectos baseia-se em indicadores económicos
FDDq5	O acesso ao FDD obedece ao critério temporal
FDDq9	O processo de selecção de beneficiários passa necessariamente pela auscultação dos candidatos (em forma de defesa dos seus projectos).
FDDq10	O processo de selecção parte das estruturas locais do bairro, subindo cada vez mais ao Governo Distrital.
FDDq13	Depois de serem avaliados os projectos e seleccionados os beneficiários realizam-se auditorias dos processos de selecção e publicam-se os resultados.
FDDq14	Existe um documento formal orientador e escrito sobre os critérios e procedimentos para o acesso ao fundo local.
FDDq16	Todos os beneficiários do FDD estão suficientemente informados sobre as condições de aplicação dos fundos investidos.
FDDq19	Os acordos firmados abrem espaço para que, em casos de prejuízos, o investidor reembolse o valor no período oportuno, não sendo obrigado a devolver na data prevista.
FDDq22	O processo de selecção dos beneficiários do FDD não teve em conta nenhuma formação partidária, nem sequer laços amizade ou familiaridade com os funcionários do Governo.
FDDq24	A perícia de todo o pessoal em cada fase do processo de selecção transmite a segurança de que qualquer projecto que for aprovado é económica, financeira e socialmente viável.
FDDq26	As auditorias garantem ainda mais que o processo de selecção foi transparente e que todos os projectos aprovados são rentáveis.

Fonte: A autora

4.2. Análise Fatorial Confirmatória

4.2.1. O Modelo (Análise Fatorial Confirmatória)



Fonte: A autora

4.2.2. Tabela de dados padronizados (regressões)

Standardized	OIM					[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.	z	P> z			
Measurement							
FDDq1 <-							
ProcSelec	.0000766	.0005403	0.14	0.887	-.0009823	.0011355	
_cons	1.821402	.2458174	7.41	0.000	1.339609	2.303196	
FDDq3 <-							
ProcSelec	-.4484642	.4010016	-1.12	0.263	-1.234413	.3374844	
_cons	1.978735	.2592523	7.63	0.000	1.47061	2.48686	
FDDq5 <-							
ProcSelec	-.0005776	.1183405	-0.00	0.996	-.2325206	.2313655	
_cons	1.92069	.2542603	7.55	0.000	1.422349	2.419031	
FDDq10 <-							
ProcSelec	.0927994	.1910971	0.49	0.627	-.2817441	.4673429	
_cons	1.810622	.2449094	7.39	0.000	1.330608	2.290636	
FDDq9 <-							
ProcSelec	.1471154	.1741374	0.84	0.398	-.1941876	.4884185	
_cons	1.849071	.2481506	7.45	0.000	1.362705	2.335438	
FDDq13 <-							
ProcSelec	-.0193649	.1165288	-0.17	0.868	-.2477572	.2090274	
_cons	2.025951	.26338	7.69	0.000	1.509736	2.542167	
FDDq19 <-							
Confianca	.5263773	.1837547	2.86	0.004	.1662247	.8865298	
_cons	1.890587	.2517103	7.51	0.000	1.397244	2.38393	
FDDq14 <-							
Confianca	-.1995629	.1552001	-1.29	0.198	-.5037496	.1046238	
_cons	2.074326	.2676254	7.75	0.000	1.54979	2.598862	
FDDq16 <-							
Confianca	.1339223	.1536817	0.87	0.384	-.1672883	.4351329	
_cons	1.942131	.2561046	7.58	0.000	1.440175	2.444086	

FDDq22 <-							
Confianca	-.2746249	.2137495	-1.28	0.199	-.6935663	.1443165	
_cons	2.08927	.2689436	7.77	0.000	1.56215	2.61639	
FDDq24 <-							
Confianca	-.088567	.1476882	-0.60	0.549	-.3780306	.2008967	
_cons	1.89993	.2524818	7.53	0.000	1.405075	2.394785	
FDDq26 <-							
Confianca	.2443002	.148147	1.65	0.099	-.0460626	.5346631	
_cons	2.325072	.2901021	8.01	0.000	1.756482	2.893662	
var(e.FDDq1)	1	8.27e-08			.9999998	1	
var(e.FDDq3)	.7988799	.3596697			.3305641	1.930667	
var(e.FDDq5)	.9999997	.0001367			.9997318	1.000268	
var(e.FDDq10)	.9913883	.0354674			.9242546	1.063398	
var(e.FDDq9)	.9783571	.0512366			.8829171	1.084114	
var(e.FDDq13)	.999625	.0045131			.9908184	1.00851	
var(e.FDDq19)	.722927	.1934486			.4278788	1.221429	
var(e.FDDq14)	.9601747	.0619444			.8461281	1.089593	
var(e.FDDq16)	.9820648	.0411628			.9046121	1.066149	
var(e.FDDq22)	.9245812	.1174019			.7208764	1.185849	
var(e.FDDq24)	.9921559	.0261606			.9421844	1.044778	
var(e.FDDq26)	.9403174	.0723847			.8086299	1.093451	
var(ProcSelec)	1	.			.	.	
var(Confianca)	1	.			.	.	
cov(ProcSelec,Confianca)	2.16099	2.041163	1.06	0.290	-1.839616	6.161597	

LR test of model vs. saturated: chi2(55) = 37.06, Prob > chi2 = 0.9697

Fonte: A autora

Legenda:

- ❖ Coef – Coeficiente de correlação
- ❖ Std err. – Erro padrão
- ❖ Conf. Interval – Intervalo de confiança
- ❖ Var – Variância
- ❖ Cov – Covariância
- ❖ ProSelec – Processo de selecção
- ❖ Measurement – Indicador

4.3. Discussão dos resultados

O modelo para o constructo do processo de selecção dos beneficiários do FDD em Bilene foi formado por seis (6) indicadores, dos treze (13) originalmente propostos, dos quais dois (2) revelam-se maiores contribuintes na formação do constructo *Processo de Selecção*. O indicador da auscultação dos candidatos (em forma de defesa dos seus projectos) afigura-se maior influenciador com uma distribuição normal padronizada de 0.84 ($Z=0.84$), seguido pelo indicador de selecção à partir das estruturas locais do bairro até ao Governo Distrital, com uma distribuição normal padronizada de 0.49 ($Z=0.49$). Já, no que tange à formação do constructo da *Confiança no processo de concessão de financiamentos* percebe-se que, dos seis (6) indicadores escolhidos, dois é que afiguram-se maiores influenciadores. O indicador referente à possibilidade de renegociação dos acordos em casos de prejuízos mostra-se ser muito influenciador, com $Z=2.86$, seguido pelo indicador que refere que as auditorias garantem ainda mais que o processo de selecção foi transparente e que todos os projectos aprovados são rentáveis, com $Z=1.65$.

No constructo da “*Confiança*” nota-se existirem correlações fracamente negativas, sendo elas visíveis no indicador da existencia de documentos formais orientadores sobre os critérios e procedimentos, o qual apresenta um coeficiente de correlação negativa de 0.1996 (coef= -0.1996), no indicador que refere que o processo de selecção dos beneficiários do FDD não teve em conta nenhuma formação partidária. Este indicador apresenta um coeficiente de correlação negativa de 0.275 (coef= -0.27), e finalmente, a correlação negativa pode ser notória no indicador que refere que perícia de todo o pessoal em cada fase do processo de selecção transmite a segurança de que qualquer projecto que for aprovado é económica, financeira e socialmente viável, com um coeficiente negativo de 0.089 (coef= -0.089). Este facto dificulta estabelecer uma relação negativa entre as variáveis. Ademais, embora os indicadores apresentem uma correlação negativa fraquíssima, há que se considerar essa correlação porque apresentam um nível de significância estatisticamente considerável, com o *p-value* maior que 5% ($p>0.05$).

Quanto à relação entre as variáveis de estudo deste trabalho, há que se dizer que embora existam indicadores que apresentam correlações negativas, existe uma relação de causalidade de efeito entre ambas as variáveis, isto é, o processo de selecção dos beneficiários do FDD

em Bilene-Macia e transmite confiança nos beneficiários e impulsionam mais adesão para o desenvolvimento sócio-económico dos cidadãos naquele ponto da provincia de Gaza, pelo que, a covariância entre as variáveis é positiva ($cov = 1.06$).

A fraca consideração dos indicadores económico-financeiros na avaliação dos projectos, a fraca consideração da dimensão temporal no acesso do FDD e a fraca realização auditorias dos processos de selecção e posteriormente publicarem-se os resultados constituem um imbróglio na relação entre os processos de selecção dos beneficiários do FDD e confiança por parte dos beneficiários, isto é, aqueles são os indicadores que tornam a relação de causalidade entre as variáveis fraca.

5. Conclusões e recomendações

5.1. Conclusões

O presente estudo visava analisar os processos de selecção dos beneficiários do FDD em Bilene-Macia, e uma vez feita, constatou-se que, embora existam alguns inconvenientes, em geral existe uma relação de causalidade (causa-efeito) entre as principais variáveis de estudo deste trabalho.

A relação de causalidade das variáveis mostra-se exercer uma influencia negativa na variável dependente (*Confiança*), mais precisamente no indicador da existência de um documento orientador (com procedimentos claros e bem definidos), no indicador de não consideração de nenhuma cor partidária no processo de financiamento e no indicador de existência de peritos em cada fase porque passa o projecto, isto é, em termos práticos não existe um documento oficial que defina objectivamente os critérios de avaliação dos projectos, o acesso ao FDD tem uma perturbação partidária, sendo que aqueles que não são membros do partido FRELIMO são obrigados a fingirem de os ser, e há dificuldades de encontrar peritos em análise e avaliação de projectos em todas as etapas por que passam os projectos.

Na verdade, a relação de causalidade é fraca, e que contribui para essa fraca relação é o facto de o processo ser pouco transparente no que se refere à análise económico-financeira dos projectos. Contribui, também, para esta fraca relação o facto de não se considerar o factor tempo de duração do projecto, sendo possível ser aprovado um projecto com muito menos tempo de duração relativamente aos vários outros do mesmo ramo. Contribui ainda para a fraca relação verificada neste trabalho o facto de assumir-se à partida que os processos foram transparentes, não abrindo-se, assim, espaço para possíveis auditorias relativas aos processos de selecção.

Assim, os resultados do modelo da Análise Factorial Confirmatória reforçam a hipótese alternativa, pelo que, mostram que a forma como é tramitado o processo de selecção dos

beneficiários do FDD transmite confiança, embora com certas conturbações conforme já referido com uma variabilidade conjunta entre as duas variáveis muito menor ($cov = 1.06$).

5.2. Recomendações

A realização do estudo que fundamenta este trabalho permitiu perceber que, embora seja haja um pouco de confiança por parte dos beneficiários, existem conturbações no processo de selecção de beneficiários do FDD.

Assim, este trabalho recomenda que os actores-chave para análise e avaliação dos projectos sejam, em primeiríssima instância, peritos na matéria. Estes irao fazer uma avaliação técnica dos projectos considerando a dimensão temporal e indicadores económicos financeiros. A existência destes irá permitir que se façam auditorias, também, técnicas dos processos de selecção dos beneficiários do FDD. Depois de solucionar-se o problema de falta de peritos, recomenda-se que os processos não partam das comunidades locais de forma a tornar o processo cada vez mais célere visto que as oportunidades são descobertas hoje por um candidato ao financiamento do FDD, mas amanhã podem ser descobertas por pessoas que não precisam de financiamentos. A demora de financiamentos, causada por processos longos de selecção pode resultar num financiamento em que o projecto não mais se adequa às realidades. Assim, para colmatar este problema é necessário que o financiamento seja atribuído dentro de um período relativamente menor.

6. Referências bibliográficas

- ❖ Buarque, S. C. (1999). *Metodologia de planeamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planeamento local e municipal*;
- ❖ Caupers J. (2002). *Introdução à ciência da administração pública*. Lisboa: Ancora Editora;
- ❖ Chichava, J. (1999). *Participação Comunitária e desenvolvimento, o caso dos GD's*. Maputo;
- ❖ CISTAC, G. (2001). *Manual de Direito das Autarquias Locais*. Maputo: Livraria Universitária;
- ❖ Cistac, G. & Chiziane, E. A. (2008). *Dez anos de descentralização em Moçambique: Os caminhos sinuosos de um processo emergente*. Maputo. Faculdade de Direito – NEAD;
- ❖ Diniz, F. (2006). *Introdução ao crescimento e desenvolvimento económico: modelos e agentes do processo*. Lisboa. Edições Silabo, Lda;
- ❖ Faria & Chichava, J. (1999). *Descentralização e cooperação descentralizada em Moçambique*. Maputo;
- ❖ Forquilha, S. C. (2008). *“Remendo novo em pano velho: O impacto das reformas de descentralização no processo de governação local em Moçambique*.
- ❖ Guambe, J. M. E. (2008). *Evolução do processo de descentralização em Moçambique*;
- ❖ Hege, J (2010). *O governo Lula e combate a corrupcao (1 ed)*. Sao Paulo: Editora Perseu Abramo;
- ❖ Macuana, J. J. & Weimer, B. (2002). *Governos locais em Moçambique: Desafios de capacitação*.Maputo;
- ❖ Reinhold (1997). *Teoria Geral do Estado* (3. ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;Sandroni, P. (1994). *Dicionário de economia*. São Paulo;

- ❖ Valá, S. (2008). *Microcrédito, combate a pobreza e desenvolvimento do meio rural em Moçambique*: Como alcançar os pobres economicamente activos e torna-los agentes económicos mais dinâmicos. Maputo;
- ❖ Valá, S. (2009). *O orçamento de investimento de iniciativa local e a dinâmica da economia rural em Moçambique*: Resultados, desafios e perspectivas: economia, política e desenvolvimento. Revista Científica Inter-Universitária;
- ❖ Salim C. (2007). *A Nossa riqueza está no campo: Economia rural, financiamento aos empreendedores e fortalecimento institucional em Moçambique*. Maputo: IESE.

Legislação

- ❖ **Lei Nº 2/97** de 18 de Fevereiro – *Aprova o quadro Jurídico para a Implantação das Autarquias Locais*, BR nº 7, Iª Série, 2º Supl;
- ❖ **Lei nº 8 /2003**, de 19 de Maio – *Estabelece Princípios e Normas de Organização, competência e Funcionamento dos órgãos Locais d Estado*, BR nº 20, Iª Série, Supl.
- ❖ **Decreto 11/2005**, de 10 de Junho - *Aprova o Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado*, BR nº 23, Iª Série, 2º Supl.

7. Apêndices

Questionário



Instituto Superior de Gestão de Negócios
QUALIDADE E EXCELÊNCIA

Questionário

Caro(a) sr(a)! Este questionário é parte de um estudo que possui um objectivo meramente académico e visa a obtenção do grau de licenciatura em Administração Pública no Instituto Superior de Gestão de Negócios. É de grande importância a sua contribuição para a concretização do trabalho que através deste questionário quer se produzir. Importa referir que, como forma de assegurar a anonimidade, o respondente não precisará de nos fornecer seu nome pessoal que comprove o seu exercício nesta empresa, ou quaisquer outros dados que o identifiquem. Agradeço a sua compreensão.

Legenda

- A. Discordo completamente
B. Discordo em parte

- C. Indiferente
D. Concordo em parte
E. Concordo Completamente

NB: Responda, apenas, marcando um “X” no quadradinho da resposta que melhor se assenta à sua realidade

Nr	Questões	Respostas				
		A	B	C	D	E
	Processo de selecção dos beneficiários do FDD (Transparência)					
1	O acesso do FDD em Bilene é universal					
2	A concessão do FDD é baseada em Avaliação profunda dos projectos de investimento					
3	A avaliação dos projectos baseia-se em indicadores económicos					
4	A avaliação dos projectos baseia-se em indicadores financeiros					
5	O acesso ao FDD obedece ao critério temporal					
6	O acesso ao FDD obedece ao critério dos objectivos					
7	A avaliação dos projectos tem em conta a relação com a produção					
8	A avaliação dos projectos de investimento considera, também, o impacto social que os mesmos podem vir a ter no futuro					

9	O processo de selecção de beneficiários passa necessariamente pela auscultação dos candidatos (em forma de defesa dos seus projectos).					
10	O processo de selecção parte das estruturas locais do bairro, subindo cada vez mais ao Governo Distrital.					
11	Em cada etapa por que passam os projectos existem lá alguns peritos para na matéria para a avaliação.					
12	As mulheres têm prioridades no processo de selecção de beneficiários do FDD.					
13	Depois de serem avaliados os projectos e seleccionados os beneficiários realizam-se auditorias dos processos de selecção e publicam-se os resultados.					
	Confiança	A	B	C	D	E
14	Existe um documento formal orientador e escrito sobre os critérios e procedimentos para o acesso ao fundo local.					
15	O processo de concessão de créditos no FDD é baseado acordos claros					
16	Todos os beneficiários do FDD estão suficientemente informados sobre as condições de aplicação dos fundos investidos.					
17	O Conselho Consultivo Distrital efectua visitas permanentes às entidades financiadas com vista a verificar a aplicação dos fundos e a viabilidade do negócio.					
18	Existe sempre uma consistência entre os acordos firmados e as exigências após o financiamento.					
19	Os acordos firmados abrem espaço para que, em casos de prejuízos, o investidor reembolse o valor no período oportuno, não sendo obrigado a devolver na data prevista.					
20	Todos os beneficiários do FDD passaram por uma avaliação profunda dos seus projectos.					
21	A auscultação é pública e os resultados da defesa são também públicos.					
22	O processo de selecção dos beneficiários do FDD não teve em conta nenhuma formação partidária, nem sequer laços amizade ou familiaridade com os funcionários do Governo.					
23	Dos projectos até então aprovados não há nenhum que constitua ameaça para a sociedade.					
24	A perícia de todo o pessoal em cada fase do processo de selecção transmite a segurança de que qualquer projecto que for aprovado é económica, financeira e socialmente viável.					
25	A selecção com prioridades em mulheres não compromete a qualidade dos projectos que poderiam ser implementados por homens.					
26	As auditorias garantem ainda mais que o processo de selecção foi transparente e que todos os projectos aprovados são rentáveis.					

Guião de entrevista

1. Há quanto tempo você é funcionário Governo Distrital?
2. Já ouviu falar do FDD?
3. Como funcionário, o que acha deste FDD?
4. Como é que é feita a selecção de beneficiários do mesmo?
5. Qual é o nível de relacionamento entre os beneficiários e o Governo?
6. Qual é o mecanismo de comunicação usado entre os beneficiários e o Governo?
7. Qual é o seu sentimento sobre a gestão deste FDD?
8. Quais são os constrangimentos enfrentados durante e depois do processo de selecção?
9. Quem são as pessoas que se beneficiam do FDD, e com que prioridade?